



Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**05**  
**Setembro**  
**2017**

# CLIP PING



# TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo



POLÍTICA  
sem regras  
luguéis

"JUSTIÇA EM NÚMEROS"

# Magistrado capixaba custa R\$ 44.398 por mês

Valor é abaixo da média nacional, que ficou em R\$ 47,7 mil. O Estado ocupa o 17º lugar no ranking das despesas, segundo dados do CNJ

Brunella França

O gasto médio do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) com seus magistrados (desembargadores e juizes) é de R\$ 44.398 mensais, valor abaixo da média nacional, que ficou em R\$ 47,7 mil por mês, segundo dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O relatório "Justiça em Números" é referente ao ano de 2016. Entre os 27 tribunais estaduais e o do Distrito Federal, o TJ-ES aparece na 17ª colocação do ranking de custo mensal com magistrados. A média de gastos com a magistratura nas cortes estaduais é de R\$ 49.093.

O teto legal é de R\$ 33,7 mil, salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Pagamentos indenizatórios, 13º e férias, por exemplo, são excluídos do cálculo do teto salarial.

Segundo a folha de pagamento de julho, a mais recente disponível no Portal da Transparência do órgão, dos 344 magistrados, 338 receberam um valor líquido acima de R\$ 33,7 mil, ou seja, 98,25%.

"É excessivo, tanto o nacional quanto o local. O que o Judiciário está entregando por esse custo? Ninguém se coloca contra a magistratura, mas contra os arranjos para aumentar o salário. Isso é inaceitável", disse o presidente da seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), Homero Ma-



PLENO DO TJ-ES: dos 344 magistrados do Estado, 338 receberam em julho valor líquido acima de R\$ 33,7 mil

fra. Já em relação aos servidores, a média de gasto do TJ-ES é de R\$ 10.016, valor mais baixo do que as médias nacional, de R\$ 13.670, e das cortes estaduais, de R\$ 11.694 por funcionário. O tribunal capixaba tem 7.637 servidores.

O TJ-ES gastou, em 2016, um total de R\$ 1,2 bilhão e teve 1.523.585 de processos tramitando.

A despesa com cargos comissionados ficou em 8,1%, abaixo da média nacional de 13,6%. O CNJ incluiu no cálculo de custo mensal os salários e adicionais, como benefícios, gratificações, diárias, passagens aéreas, auxílio-moradia e outros.

## GASTO DOS TRIBUNAIS POR MAGISTRADO AO MÊS

ESTADO	CUSTO MÉDIO	ESTADO	CUSTO MÉDIO
1º MS	R\$ 95.895,00	15º RS	R\$ 45.740,00
2º GO	R\$ 70.573,00	16º PR	R\$ 44.539,00
3º TO	R\$ 68.967,00	17º ES	R\$ 44.398,00
4º RJ	R\$ 65.891,00	18º PB	R\$ 44.180,00
5º MG	R\$ 64.993,00	19º RR	R\$ 43.454,00
6º SC	R\$ 57.623,00	20º SP	R\$ 42.951,00
7º AM	R\$ 55.833,00	21º MA	R\$ 42.675,00
8º DF	R\$ 55.171,00	22º AC	R\$ 41.941,00
9º SE	R\$ 53.987,00	23º CE	R\$ 35.980,00
10º RO	R\$ 49.854,00	24º RN	R\$ 34.328,00
11º MT	R\$ 47.658,00	25º PA	R\$ 31.038,00
12º BA	R\$ 47.620,00	26º AL	R\$ 25.104,00
13º AP	R\$ 46.405,00	27º PI	R\$ 23.387,00
14º PE	R\$ 45.889,00		

FONTE: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

## Tribunal diz que cumpre a legislação

O Tribunal de Justiça do Estado informou, por nota, que "cumpre rigorosamente a legislação" em relação aos salários dos magistrados, além das resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Já o presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo, Ezequiel Turibio, criticou o modo como o Conselho fez os cálculos.

"A metodologia utilizada pelo CNJ é questionável porque pegou todas as verbas e jogou nesse custo. O salário não é isso. No Estado, não temos nenhum juiz que recebe acima do teto", disse.

## "Só o Judiciário pode levar a nossa Nação a um porto seguro"

BRASÍLIA

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), afirmou ontem que o Judiciário precisa ficar atento às tentativas de enfraquecer o juiz e a Justiça brasileira.

Fux citou como exemplos dessas tentativas as suspeitas lançadas sobre o trabalho do juiz federal Sérgio Moro e do ministro Edson Fachin - responsáveis respectivamente pelos processos da Lava a Jato na primeira instância e no Supremo.

O ministro do Supremo também mencionou os ataques ao instituto da delação premiada.

Em discursos na Reunião Preparatória do XI Encontro Nacional do Judiciário, ocorrida no TSE, Fux disse que "a consciência é de que a situação que está aí leva o Brasil ao naufrágio. E só o Poder Judiciário pode levar nossa Nação a um porto seguro".

Questionado se a divulgação de supersalários no Judiciário faria parte desses ataques, Fux respondeu que é importante vir a público o valor dessas remunerações. Foi ele quem, em 2014, liberou o pagamento de auxílio-moradia aos juizes, principal benefício que, na prática, permite inflar os salários dos magistrados.

"Acho que a divulgação dos supersalários é importante, até porque nós, ministros do STF, ganhamos salário muito digno, então é bom a gente saber também quem recebe supersalário. Hoje, o salário de um ministro do STF é de R\$ 33,7 mil, considerado o teto do funcionalismo público.

CARLOS HUMBERTO/CC0/STF



FUX critica ataques a juiz e ministro

## Gasto da Justiça cresce, mas custo por habitante cai

O Poder Judiciário teve uma despesa total de R\$ 84,8 bilhões em 2016, um crescimento de 0,4% em relação a 2015, mas o custo por habitante caiu de R\$ 413,51 para R\$ 411,73, no mesmo período - segundo relatório "Justiça em Números - 2017", elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

As despesas totais do Poder Judiciário correspondem a 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB) do País. A despesa da Justiça Estadual, segmento mais representativo, que abarca 79% dos processos em tramitação, responde por 56,7% da despesa total.

Os maiores gastos da Justiça foram com recursos humanos que consumiram R\$ 75,9 bilhões (89,5%) do total de R\$ 84,8 bilhões. O restante desse custo refere-se às despesas de capital (2,2%) e outras

despesas correntes (8,3%) que somam R\$ 1,9 bilhão e R\$ 7 bilhões, respectivamente.

Dos gastos com pessoal, 95% destinaram-se ao custeio de magistrados e servidores ativos e inativos. Incluem-se aí remuneração, proventos, pensões, encargos, benefícios e outras despesas indenizatórias.



SESSÃO NO CNJ: mais despesas

## Solução de 27% dos casos

BRASÍLIA

O Judiciário brasileiro solucionou apenas 27% dos processos - menos de um terço - em 2016, informa o relatório "Justiça em Números - 2017", elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), divulgado ontem.

Na média, cada juiz solucionou 1.749 processos, mais de sete por dia. De acordo com o CNJ, o Judiciário terminou o ano passado com 79,7 milhões de processos em tramitação, 3,6% a mais do que os 76,9 milhões de ações em 2015.

Os tribunais julgaram em definitivo 294 milhões de ações. Mas, ao mesmo tempo, outras 294 milhões chegaram à Justiça. Assim, o índice de solução de casos ficou em 27%.

"O índice de atendimento à demanda - indicador que verifica se o tribunal foi capaz de baixar processos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos

- ficou em 100,3%, o que mostra o esforço para evitar o aumento dos casos pendentes", avalia o CNJ. Ou seja, os juizes conseguiram julgar mais processos do que receberam.

"Queremos ser um Poder Judiciário muito melhor para o Brasil. Quando alguém desacredita na Justiça, desacredita no Estado", disse a ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal.

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) ficou em terceiro lugar, entre os 10 tribunais de médio porte, quanto ao Índice de Atendimento à Demanda (IAD). O IAD do TJ-ES foi de 114,2%, ficando acima da média das cortes estaduais, com índice geral de 104,5%.

Além disso, o tribunal capixaba registrou IAD na fase de conhecimento do processo de 128%, enquanto a média nos estados foi de 111%. No primeiro grau, o IAD do TJ-ES, de 120%, também é superior à média nos estados, de 106%.

JUSTIÇA EM NÚMEROS

# MAGISTRADOS NO ESTADO CUSTAM R\$ 44 MIL AO MÊS

Cálculo do CNJ leva em conta salário, diárias e indenizações previstas em lei

LETÍCIA GONÇALVES  
lgoncalves@redgazeta.com.br

A média de despesa mensal com cada um dos 344 magistrados da Justiça estadual no Espírito Santo é de R\$ 44.398. A cifra leva em conta não somente os salários, mas também valores referentes a diárias, passagens aéreas, auxílio-moradia, entre outros, relativos a indenizações. Esses itens não estão sujeitos ao teto remuneratório imposto pela Constituição, que hoje é de R\$ 33,7 mil. Os extras também não impactam a apuração dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Os dados são do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que divulgou ontem o relatório "Justiça em Números 2017", com dados referentes ao ano de 2016.

O valor está abaixo da média geral dos tribunais estaduais do país, que é de R\$ 49.093. No Mato Grosso do Sul o gasto chega a R\$ 95,8 mil por juiz. Na outra ponta está o TJ do Piauí, com R\$ 23,3 mil.

Já a despesa média do Tribunal de Justiça (TJES) com os servidores — de primeiro e segundo graus — ficou em R\$ 10.016.

Quando o recorte é fei-

## OS NÚMEROS DA JUSTIÇA

Despesa média (R\$) mensal com magistrado e servidor



Média dos 27 TJs  
**R\$ 11.694**  
**R\$ 49.093**

Fonte: Relatório Justiça em Números 2017

to em relação à produtividade dos juízes, o Espírito Santo aparece em sétimo lugar entre os dez tribunais de médio porte. Essa classificação por pequeno, médio e grande porte é uma metodologia adotada pelo CNJ.

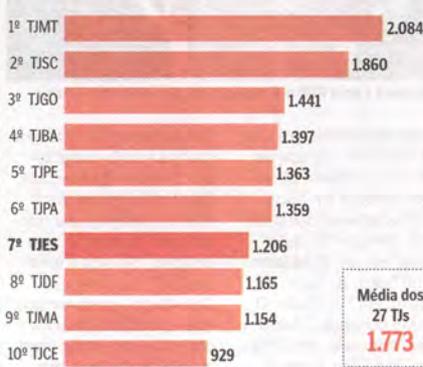
Por aqui, cada magistrado concluiu 1.206 processos em 2016, contra 1.221 em 2015. Esse número é uma média e corresponde ao Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM).

O presidente da Asso-

ciação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), Ezequiel Turíbio, destaca que "nenhum magistrado ganha acima do teto no Espírito Santo", uma vez que parcelas indenizatórias não podem ser levadas em conta, e credita a oscilação na produtividade às condições de trabalho.

"Tem Vara que só tem um servidor. E são eles que movimentam os processos. Há falta de estrutura, principalmente no primeiro grau. E essa va-

## Índice de produtividade dos magistrados



Média dos 27 TJs  
**1.773**

## Tempo médio da sentença

M		A	
meses		anos	
2º grau	TJ	1º grau	
7M	TJBA	4A e 3M	
11M	TJPE	3A e 4M	
5M	TJMT	3A e 2M	
4M	TJGO	3A	
10M	TJSC	2A e 11M	
1A e 11M	TJPA	2A e 7M	
1A e 2M	TJCE	2A e 2M	
5M	<b>TJES</b>	2A e 2M	
4M	TJDF	1A e 11M	
7M	TJMA	1A e 11M	
Média dos 27 TJs		3A e 2M	

Infografia | Marcelo Franco

## O OUTRO LADO

*"O Tribunal de Justiça cumpre rigorosamente a legislação e as resoluções CNJ. Todos os dados relativos a despesa de pessoal estão exibidos no Portal Transparência"*

TJES, EM NOTA

riação pequena é normal de um ano para outro", avalia Turíbio.

## ATENDIMENTO

Ainda assim, houve resultados positivos. O TJES ficou em terceiro lugar, também entre os dez de médio porte, no Índice de Atendimento à Demanda (IAD). Esse índice, de acordo com o CNJ, reflete a capacidade das Cortes em dar vazão ao volume de casos que dão entrada no sistema. Quando o ín-

dice é inferior a 100%, há aumento no número de casos pendentes. O Tribunal de Justiça do Espírito Santo atingiu 114%, enquanto a média dos TJs do país foi de 104,5%. No relatório anterior, no entanto, o percentual era de 122% no Estado.

O próprio TJES também destacou entre boas notícias o índice de conciliação alcançado pela Corte no levantamento: 14,4%, superior à média nacional, que foi de 10,9%.

# Espera por sentenças dura mais de dois anos

O relatório "Justiça em Números 2017", do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mostrou também o tempo médio que o Judiciário leva para expedir sentenças. No Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), a sentença de primeiro grau sai em cerca de dois anos e dois meses.

Isso coloca o tribunal em sétimo lugar entre os dez de médio porte, mas com desempenho melhor que a média do total de 27 tribunais, que é de três anos e dois meses.

Já no segundo grau, a decisão demora cinco me-

ses no TJES, enquanto a média dos demais é de sete meses. "Isso nós conseguimos fazer com muita dedicação, carregando processo para o carro, trabalhando sábado, domingo, nos plantões. Um processo ser julgado em cinco meses no segundo grau é algo muito positivo", afirma o presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), Ezequiel Turíbio.

## CARGA

O relatório mostra ainda a carga de trabalho dos magistrados. O indicador



Tribunal de Justiça: decisões saem em cinco meses

## DEDICAÇÃO

*"Isso conseguimos fazer com muita dedicação, carregando processo para o carro, trabalhando sábado, domingo..."*

EZEQUIEL TURÍBIO  
PRESIDENTE DA AMAGES

calcula a média de trabalho que cada magistrado tinha para lidar durante o ano de 2016. Todos os processos, também os baixa-

dos e pendentes, são somados, inclusive as execuções judiciais. Depois, divide-se o resultado pelo número de magistrados em atividade.

O resultado, no TJES, foi de 4.925 no primeiro grau e 2.774 no segundo.

"É uma carga que considero sobre-humana, é muito alta. No Espírito Santo, hoje, há cerca de 1,5 milhão de processos em tramitação. Isso para esse número de 344 juízes no primeiro e segundo graus, mas a maior parte dos processos está no primeiro grau", diz o presidente da Amages.

## Magistrados no Espírito Santo custam R\$ 44 mil ao mês

### Cálculo do CNJ leva em conta salário, diárias e indenizações previstas em lei

A média de despesa mensal com cada um dos 344 magistrados da Justiça estadual no Espírito Santo é de R\$ 44.398. A cifra leva em conta não somente os salários, mas também valores referentes a diárias, passagens aéreas, auxílio-moradia, entre outros, relativos a indenizações. Esses itens não estão sujeitos ao teto remuneratório imposto pela Constituição, que hoje é de R\$ 33,7 mil. Os extras também não impactam a apuração dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Os dados são do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que divulgou ontem o relatório “Justiça em Números 2017”, com dados referentes ao ano de 2016.

O valor está abaixo da média geral dos tribunais estaduais do país, que é de R\$ 49.093. No Mato Grosso do Sul o gasto chega a R\$ 95,8 mil por juiz. Na outra ponta está o TJ do Piauí, com R\$ 23,3 mil.

Já a despesa média do Tribunal de Justiça (TJES) com os servidores – de primeiro e segundo grau – ficou em R\$ 10.016.

Quando o recorte é feito em relação à produtividade dos juízes, o Espírito Santo aparece em sétimo lugar entre os dez tribunais de médio porte. Essa classificação por pequeno, médio e grande porte é uma metodologia adotada pelo CNJ.

Por aqui, cada magistrado concluiu 1.206 processos em 2016, contra 1.221 em 2015. Esse número é uma média e corresponde ao Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM).

O presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), Ezequiel Turíbio, destaca que “nenhum magistrado ganha acima do teto no Espírito Santo”, uma vez que parcelas indenizatórias não podem ser levadas em conta, e credita a oscilação na produtividade às condições de trabalho.

“Tem Vara que só tem um servidor. E são eles que movimentam os processos. Há falta de estrutura, principalmente no primeiro grau. E essa variação pequena é normal de um ano para outro”, avalia Turíbio.

### Atendimento

Ainda assim, houve resultados positivos. O TJES ficou em terceiro lugar, também entre os dez de médio porte, no Índice de Atendimento à Demanda (IAD). Esse índice, de acordo com o CNJ, reflete a capacidade das Cortes em dar vazão ao volume de casos que dão entrada no sistema. Quando o índice é inferior a 100%, há aumento no número de casos pendentes. O Tribunal de Justiça do Espírito Santo atingiu 114%, enquanto a média dos TJs do país foi de 104,5%. No relatório anterior, no entanto, o percentual era de 122% no Estado.

O próprio TJES também destacou entre boas notícias o índice de conciliação alcançado pela Corte no levantamento: 14,4%, superior à média nacional, que foi de 10,9%.

### O outro lado

“O Tribunal de Justiça cumpre rigorosamente a legislação e as resoluções CNJ.

Todos os dados relativos a despesa de pessoal estão exibidos no Portal Transparência”

## **Cada juiz no Brasil custa R\$ 47 mil por mês ao Judiciário**

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://www.folhavoria.com.br/videos/2017/09/1504614783906856684.html>

## **Espera por sentenças dura mais de dois anos no Tribunal de Justiça**

**Isso coloca o tribunal em sétimo lugar entre os dez de médio porte, mas com desempenho melhor que a média do total de 27 tribunais, que é de três anos e dois meses**

O relatório “Justiça em Números 2017”, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mostrou o tempo médio que o Judiciário leva para expedir sentenças. No Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), a sentença de primeiro grau sai em cerca de dois anos e dois meses.

Isso coloca o tribunal em sétimo lugar entre os dez de médio porte, mas com desempenho melhor que a média do total de 27 tribunais, que é de três anos e dois meses.

Já no segundo grau, a decisão demora cinco meses no TJES, enquanto a média dos demais é de sete meses. “Isso nós conseguimos fazer com muita dedicação, carregando processo para o carro, trabalhando sábado, domingo, nos plantões. Um processo ser julgado em cinco meses no segundo grau é algo muito positivo”, afirma o presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), Ezequiel Turíbio.

### **Carga**

O relatório mostra ainda a carga de trabalho dos magistrados. O indicador calcula a média de trabalho que cada magistrado tinha para lidar durante o ano de 2016. Todos os processos, também os baixados e pendentes, são somados, inclusive as execuções judiciais. Depois, divide-se o resultado pelo número de magistrados em atividade.

O resultado, no TJES, foi de 4.925 no primeiro grau e 2.774 no segundo.

“É uma carga que considero sobre-humana, é muito alta. No Espírito Santo, hoje, há cerca de 1,5 milhão de processos em tramitação. Isso para esse número de 344 juízes no primeiro e segundo graus, mas a maior parte dos processos está no primeiro grau”, diz o presidente da Amages.

## **Projeto em presídio do ES vai reduzir pena de interno através da leitura**

**A ideia é que os presos leiam até 12 livros por ano através do “Virando a Página”, o que vai implicar em uma redução de pena de até 48 dias dentro desse período.**

Um projeto no Espírito Santo está ajudando presos do regime semiaberto a conquistarem a redução de pena por meio da leitura. O “Virando a Página” já funciona em uma penitenciária em São Mateus, no Norte do estado, e foi apresentado nesta segunda-feira (4) a 40 detentos selecionados da Penitenciária Semiaberta de Vila Velha (PSVV), na Grande Vitória.

A ideia é que os presos leiam até 12 livros por ano, o que vai implicar em uma redução de pena de até 48 dias dentro desse período. O objetivo é estender o projeto a outros presídios do estado.

“Há um ano esse projeto começou em São Mateus, vem dando certo, e a gente trouxe essa ideia agora para a Grande Vitória. O projeto piloto começa agora nessa unidade de semiaberto e a intenção é que dando certo, e vai dar, ele comece a funcionar em todas as unidades prisionais do estado”, explicou a defensora pública Roberta Ferraz.

O curso será coordenado por professores e alunos de uma faculdade particular de Vitória. No final da leitura de cada livro, haverá uma avaliação.

“Eles vão fazer a leitura dessas obras e nós vamos dar todo o apoio logístico, estaremos a todo momento junto a eles, apoiando o trabalho para que eles entendam. Depois, os detentos que têm até o ensino fundamental farão um resumo e os que têm até o ensino médio farão uma resenha, que é algo mais denso”, explicou o pedagogo Antônio Alves de Almeida.

As aulas da primeira turma de Vila Velha começam na próxima semana, mas o primeiro livro já foi escolhido: O Pequeno Príncipe.

“É importante frisar que O Pequeno Príncipe é aquela leitura que quem não leu, tem que ler. A cada idade que você faz essa leitura, da infância até a terceira idade, você descobre coisas novas, por isso ele é um clássico. E ele mexe com a nossa sensibilidade. Quando, por exemplo, o autor diz que você se torna eternamente responsável por aquilo que cativas, isso mexe com qualquer ser humano, é lindo”, disse o pedagogo.

O interno Magno Gabriel Coser foi um dos selecionados para o projeto. Ele disse que está ansioso para começar a leitura.

“Nunca li O Pequeno Príncipe, mas já li outros livros, sou um amante da leitura. Essa vai ser uma nova história, que a gente vai aprendendo dia após dia, como vou aprender com O Pequeno Príncipe agora”, disse.

E opinou sobre o projeto Virando a Página. “Isso ajuda qualquer um que quer conquistar seu objetivo de ir embora, não praticar nenhum delito mais. É uma oportunidade muito grande para nós, que estamos sem o direito de ir e vir.”

A expectativa é de que a leitura traga mais conhecimento e oportunidades para os internos. “Vai ressocializar, vai trazer mais capacitação para os nossos presos na oralidade, na comunicação, autoconhecimento até. Isso vai ser estendido para outras unidades semiabertas, unidades fechadas e até a de presos provisórios”, falou a juíza da Vara de Execuções Penais, Patrícia Faroni.

**Livros e avaliações**

Ao longo do projeto, alguns livros utilizados serão:

O Pequeno Príncipe, de Antonie de Saint-Exupery

O Guardiã, de Nicholas Sparks

O Jogo do Anjo, de Carlos Ruiz Zafon

O Fio das Miçangas, de Mia Couto

O Menino do Pijama Listrado, de Jhon Boyne

Os resumos e resenhas serão avaliados por uma equipe voluntária com conhecimentos técnicos na área de educação, sendo necessário que o interno obtenha o mínimo de 60% na avaliação profissional. Serão considerados o grau de instrução e as possibilidades de cada indivíduo.

O projeto Virando a Página é realizado pela Defensoria Pública do Estado em parceria com uma faculdade particular de Vitória e apoio do Tribunal de Justiça do Estado e Secretaria de Estado da Justiça.

## **Projeto em presídio do ES vai reduzir pena de interno através da leitura**

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/bom-dia-es/videos/t/edicoes/v/projeto-em-presidio-do-es-vai-reduzir-pena-de-interno-atraves-da-leitura/6126235/>

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS

# Polícia caça empresário e pastor

Olear Matos e o pastor Luiz estão foragidos. Eles e outros dois são acusados de estuprar meninos e meninas de 9 a 15 anos de idade

Jéssica Cardoso

Para cumprir o que determinou a Justiça e garantir uma resposta a várias famílias que sofreram com uma violência que deixa marcas, a Polícia Civil está à caça de quatro homens acusados de estupro de crianças e adolescentes, na Grande Vitória. Entre os foragidos está o empresário Olear Ribeiro Matos, 35 anos, da Praia da Costa, em Vila Velha, e o pastor Luiz dos Santos, de 55, que mora no mesmo município.

Os demais procurados são o aposentado Benício Assis Pereira de Jesus, de 64, e David Willian Pereira da Silva, 29. Todos os casos estão aos cuidados da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA).

O empresário Olear é acusado de participar de um esquema no qual meninas de 13 e 15 anos eram aliciadas nas proximidades de escolas municipais.

Segundo divulgado pela polícia, em novembro de 2016, quando foi expedido um mandado de prisão preventiva contra o empresário, ele foi apontado como o principal cliente do esquema e chegava a desembolsar R\$ 1 mil para fazer sexo com adolescentes.

Já o pastor Luiz foi condenado por estupro de uma menina, de 12, que era vizinha dele. O crime chegou ao conhecimento da polícia em outubro de 2012.

A polícia também procura pelo acusado de tráfico David, que teria obrigado adolescentes a manterem relação sexual entre si e filmado, na Serra. O caso foi divulgado em agosto deste ano. O quarto pro-



**DELEGADO LORENZO PAZOLINI** afirma que sua equipe está mobilizada em localizar os quatro que têm mandados de prisão. Ele pede ajuda da população para localizar os acusados

ANTONIO COÊME - 06/04/2017

## PROCURADOS



LUIZ DOS SANTOS

OLEAR MATOS

BENÍCIO DE JESUS

DAVID WILLIAN

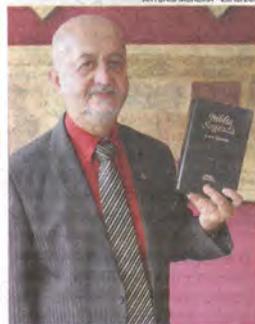
curado é Benício, de Cariacica, de 54 anos, acusado de estuprar cinco meninos com idades entre 9 e 11 anos, que eram seus vizinhos.

O titular da DPCA, delegado Lorenzo Pazolini, salientou que sua equipe está mobilizada em localizar os quatro que já têm mandados de prisão, porém, o paradeiro deles é desconhecido.

“Não vamos parar de diligenciar até localizá-los. A prisão é uma virada de página para as vítimas, elas sentem que o acusado vai ter a sanção devida. É um conforto para a vítima e para a família. Agora, contamos com o apoio das pessoas para que denunciem”, destacou o delegado.

Informações podem ser passadas para a DPCA pelos telefones: 3132-1916 e 3132-1917.

## “Obreiros sem formação é causa”



ANTONIO MOREIRA - 25/10/2015

PASTOR ENOQUE: “Escândalos”

Para o presidente da Associação de Pastores da Grande Vitória, pastor Enoque de Castro Pereira, a falta de um crivo mais rígido na formação de pastores e a proliferação de novas denominações religiosas é uma das causas de tantos “pastores” estarem envolvidos em escândalos sexuais.

Enoque ressaltou que devem existir mais casos que ainda não vieram à tona. “Devemos ter mais problemas que não aparecem. Mas a proliferação de obreiros sem qualificação é a principal causa de tantos escândalos”, afirmou.

E completou: “Essa questão de escândalo sexual é uma coisa que a

gente lida há muito tempo. Nessas denominações mais tradicionais, que têm crivo maior para ser denominado pastor, o percentual é mínimo, porque existe uma espera para que o neófito tenha amadurecimento”.

Para o pastor, o problema seria menor, caso os ordenamentos religiosos fossem mais exigentes na hora de classificar um candidato como pastor.

“Hoje temos muitos pastores que não são pastores de verdade, apenas se intitulam assim. Hoje está muito vulgarizada a palavra pastor. Antigamente ela era mais respeitada”, explicou.



ANTONIO MOREIRA - 10/08/2014

**BOTÃO DO PÂNICO:** dispositivo ajuda a proteger mulheres em Vitória

## Pesquisa diz que 23% das mulheres foram violentadas

Uma pesquisa do Instituto Locomotiva que ouviu, entre 15 e 20 de agosto, 2.030 mulheres e homens em 35 cidades brasileiras mostrou que 23% das mulheres (o que corresponde a 17,8 milhões de mulheres) foram ameaçadas por algum homem em 2017.

Somente este ano 13,7 milhões de mulheres afirmaram que já foram “encoxadas” ou tiveram o corpo tocado sem autorização, o que representa 17% do total de mulheres adultas do País. Este número é ainda maior (20% do total) entre as mais jovens, na faixa etária de 18 a 34 anos.

Ainda pela pesquisa, 35% dos

brasileiros adultos, o que corresponde a 84 milhões de pessoas, conhecem uma mulher que foi beijada à força no último ano – o que também constitui violência sexual.

O presidente do instituto Renato Meirelles, lamentou que essa seja a realidade de muitas brasileiras. “Um juiz pode achar que não é violência sexual, mas 94% acham que é. E não estamos falando nem em ejacular”, disse.

Em São Paulo, na última terça-feira, Diego Ferreira de Novais foi preso após ter ejaculado em uma passageira em ônibus. No entanto, ele foi liberado pelo juiz José

Eugênio Amaral Souza, que considerou que não houve constrangimento para vítima. Ele foi preso novamente no sábado, acusado de ato obsceno contra outra mulher.

### ESTADO

No Espírito Santo, somente no ano passado 14.213 medidas protetivas foram concedidas a mulheres. Já neste ano, 3.307 medidas protetivas foram expedidas de janeiro a julho, para protegê-las de abusos e agressões.

Na capital, 10 mulheres usaram o Botão do pânico, numa parceria entre o Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES) e a prefeitura.

TERÇA, 05 DE SETEMBRO DE 2017



rtomazelli@redegazeta.com.br

## PRAÇA OITO

**Rondinelli Tomazelli (interino)**

### Secretária afastada

Há previsão de o recurso da defesa de Márcia Lamas ao Tribunal de Justiça (TJES) ser analisado até amanhã, quando a vice-prefeita da Serra poderá ou não voltar à prefeitura. A interina na Educação é Nelci Gazoni, aliada de Márcia.